

**IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,  
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS  
INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

---

## **CRISE HUMANITÁRIA E POLÍTICA NA VENEZUELA**

### **Autor(res)**

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas  
Bárbara Hellen Augusto E Silva  
Vamberth Soares De Sousa Lima  
Karla Regina Malaquias De Souza  
Cintia Batista Pereira

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### **Introdução**

A crise humanitária e política na Venezuela configura um dos fenômenos mais complexos e desafiadores do cenário latino-americano contemporâneo. Marcada por colapso institucional, violação sistemática de direitos humanos, hiperinflação, escassez de alimentos e migração em massa, essa realidade ultrapassa os limites internos do Estado venezuelano e suscita intensos debates no campo do Direito Internacional Público e do Direito dos Refugiados. A deterioração das instituições democráticas e o questionamento sobre a legitimidade dos governos estabelecidos levantam dilemas sobre o reconhecimento internacional, a soberania e a intervenção humanitária. Além disso, o êxodo de milhões de venezuelanos exige respostas concretas da comunidade internacional, pautadas nos princípios da solidariedade, da dignidade humana e da proteção dos refugiados, evidenciando a necessidade de um equilíbrio entre soberania nacional e responsabilidade global na defesa dos direitos humanos.

### **Objetivo**

Analizar os aspectos jurídicos da crise venezuelana sob a ótica do Direito Internacional Público, dos Direitos Humanos e do Direito Constitucional Comparado, destacando a tensão entre soberania e intervenção humanitária.

### **Material e Métodos**

A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental de tratados internacionais, resoluções da ONU, relatórios da OEA e jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Foram utilizados estudos acadêmicos e dados oficiais sobre fluxos migratórios e políticas de asilo, comparando o tratamento jurídico dado à crise pela comunidade internacional e pelos Estados latino-americanos. Também se examina o reconhecimento de governos e a legitimidade democrática à luz do Direito Constitucional Comparado e do princípio da autodeterminação dos povos.

### **Resultados e Discussão**

Anais do IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE, O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG

## **IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE, O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

---

A análise demonstra que a crise venezuelana ultrapassa as fronteiras nacionais e desafia os limites da soberania. O não reconhecimento de determinados governos por parte de diversos Estados expõe o conflito entre legitimidade democrática e não intervenção. A proteção internacional dos refugiados tornou-se indispensável, levando países como o Brasil e a Colômbia a aplicarem mecanismos de acolhimento com base na Convenção de 1951 e no princípio da solidariedade regional. Discute-se ainda a legalidade e a moralidade de intervenções humanitárias em contextos onde o Estado falha em garantir direitos fundamentais.

### **Conclusão**

Conclui-se que a crise venezuelana evidencia a interdependência entre soberania, legitimidade e proteção humanitária. O Direito Internacional deve equilibrar o respeito à autodeterminação com a necessidade de proteger populações vulneráveis, reafirmando o papel da comunidade internacional na defesa da democracia e dos direitos humanos.

### **Referências**

ACNUR. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Jurisprudência relevante sobre direitos políticos. ONU. Relatórios sobre a situação humanitária na Venezuela, 2023. OEA. Declarações sobre legitimidade democrática e crise institucional na Venezuela, 2022.